

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO: REFLEXÕES SOBRE ENUNCIADOS DO PRESENTE

Fábio Márcio Gaio de Souza

Doutorando em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

Kátia Menezes de Sousa

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP-Araraquara). Professora na Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Neste artigo, nos deteremos na mensagem encaminhada para as escolas de todo o Brasil em fevereiro de 2019, que solicitava aos estudantes que cantassem o Hino Nacional, perfilados diante da bandeira nacional, enquanto era lida uma carta do ministro da educação. A carta chamava de “Brasil dos novos tempos”, a política educacional a ser implementada pelo Ministério da Educação. Nossa proposta é pensar com Michel Foucault a fim de problematizarmos, com base na arqueogenealogia, acerca das relações de poder-saber, em uma crítica histórica, que nos leva a conhecer as condições de possibilidade destes enunciados, bem como o exercício de poder, a partir de um biopoder. Com isso, vislumbramos, com um olhar para a historicidade desses ditos, a existência de práticas discursivas e não discursivas conservadoras e de um poder que é exercido sobre a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Poder-saber. Biopolítica

ABSTRACT: In this article, we will focus on the message sent to schools on February/2019, which asked the students to sing the National Anthem, profiled in front of the national flag, while a letter from the education minister was read. The letter named, "Brazil of the new times", the educational politics that would be implemented by the Ministry of Education. Our proposal is to think with Michel Foucault in order to problematize, based on archeogeneology, the relations of power-knowledge, in a historical critique, that leads us to know the conditions of possibility of these statements and the form of the exercise of power as a biopower. With this, we see, with a look at the historicity of these sayings, the existence of conservative discursive and non-discursive practices and a power that is exercised over life.

KEYWORDS: Education. Power-knowledge. Biopolitics.

RESUMEN: En este artículo, nos detendremos en el mensaje enviado a las escuelas el febrero/2019, que pidió a los estudiantes que cantaran el himno nacional, prosido ante la bandera nacional, mientras leía una una carta del Ministro de Educación. La carta llamada "Brasil de los Nuevos Tiempos", la política educativa que implementará el Ministerio. Nuestra propuesta es pensar con Michel Foucault para problematizar, basado en la arqueogenealogía, sobre las relaciones de poder-saber, en una crítica histórica, que nos lleva a conocer las condiciones de posibilidad de estas expresiones, así como el ejercicio del poder, de un biopoder.

PALABRAS CLAVE: Educación. Listado. Potencia/Saber. Biopolítica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Ministério da Educação (MEC) foi criado em 1930, com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, no governo de Getúlio Vargas. Ao longo de seus quase 90 anos de existência, as atribuições do Ministério foram modificadas, seja com o acréscimo, seja com a retirada de atribuições, como a Cultura, por exemplo, que esteve sob responsabilidade do Ministério da Educação entre 1953 e 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura. Ao MEC, enquanto área de competência, cabe a política nacional de educação, bem como a educação em geral, desde a educação infantil à educação superior, estando também sob sua responsabilidade a pesquisa e a extensão universitárias e a avaliação das políticas educacionais. O orçamento anual do Ministério em 2017, segundo dados do próprio MEC, foi de 138 bilhões de reais.

Mais de 50 ministros ocuparam ao longo dos anos o cargo de ministro da educação. Em janeiro de 2019, com a posse do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, toma posse também o ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Colombiano, naturalizado brasileiro, Rodríguez é formado em Filosofia e Teologia, com doutorado em Filosofia. Sua passagem pelo Ministério da Educação, que durou pouco mais de três meses, foi marcada por uma série de polêmicas, ocorridas por conta de declarações ou por atos de Rodríguez, que resultaram em diversos recuos em decisões e na demissão de ao menos 14 integrantes do alto escalão do MEC. Em 8 de abril de 2019, Bolsonaro anuncia a demissão de Rodríguez e sua consequente substituição por Abraham Weintraub, que possui graduação em Ciências Econômicas e mestrado em Administração.

Dentre as principais polêmicas do ex-ministro, repercutidas pela imprensa brasileira, destacamos o desejo de mudança, nos livros didáticos, da forma de abordagem da ditadura militar e do golpe de 1964, a afirmação de que a universidade pública brasileira não é para todos e o fato de ter dito em entrevista que brasileiro no exterior possui comportamento semelhante a um canibal. Além disso, seu período de permanência à frente do MEC foi marcado pela demissão do secretário-executivo e do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹.

1 A passagem do ministro Rodríguez à frente da gestão do MEC foi marcada por polêmicas declarações, que demonstraram seu despreparo para o cargo. Também se tornou evidente a vontade de se desfazer de toda e qualquer herança vinculada a governos de esquerda, no que se refere às políticas educacionais. Diversos assessores, de importantes secretarias do MEC, foram demitidos ou pediram demissão, conforme matéria do portal G1, de oito de abril de 2019. Em um dos casos, o chamado número dois do MEC, o secretário-executivo Luís Antônio Tozi foi demitido pelo ministro, segundo informações da imprensa, por conta de uma disputa de poder entre dois grupos

Em meio a tantas polêmicas, nossa proposta é refletir, especificamente, sobre o acontecimento de 25 de fevereiro de 2019, que consistiu no envio às escolas públicas e particulares do Brasil, de um e-mail assinado por Rodríguez, que pedia aos estudantes para cantarem o Hino Nacional Brasileiro, perfilados em frente à Bandeira Nacional e que o momento fosse filmado por professores, com o envio dos arquivos para o Ministério. Além disso, deveria ser lida uma carta do ministro, que ao final trazia o *slogan* de campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”. No dia seguinte, uma nova mensagem informava que o atendimento ao pedido deveria ser feito de maneira voluntária, ocorrendo também a retirada do *slogan* de campanha (PORTAL MEC, 26/02/2019). Isso se deu após repercussão negativa divulgada pela grande mídia que, entre outros questionamentos, apontava a ilegalidade da solicitação, visto que o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito à preservação da imagem e o artigo 37 da Constituição Federal veta que se utilize publicidade e atos de governo veiculados a nomes de governantes, o que vinha sendo interpretado de maneira ampliada também para *slogan* de campanha. As críticas à determinação do ministro lembravam, ainda, que parte do *slogan* portava caráter religioso (“Deus acima de todos”), o que fere a liberdade religiosa, pois o Estado não pode se vincular a nenhum tipo de religião ou igreja e, sendo o Brasil laico, o Estado não pode impor que as pessoas acreditem em um tipo de crença. Por fim, no dia 27 de fevereiro de 2019, em mais um recuo, o MEC desistiu de solicitar às escolas a leitura da mensagem e a filmagem dos estudantes cantando o Hino Nacional.

Se a solicitação do ministro tenha sido acatada ou não, é algo indiferente às nossas reflexões. Neste trabalho, consideramos o nível discursivo da linguagem, e propomos refletir acerca de como tais enunciados puderam ser ditos, ou melhor, encontraram condições para que fossem formulados e, assim, emergiram, materializando a presença e a valoração por parte da sociedade de discursos políticos de caráter explicitamente conservador, posto que a autodeclarada “nova direita brasileira” havia sido eleita. Tais enunciados contariam com a aprovação daqueles que defendiam o patriotismo como garantia de eliminação dos denominados “esquerdistas” para uma ordem social, o que até então, era tido como marca do início da gestão de Bolsonaro enquanto presidente. Este acontecimento discursivo chama a atenção para a desejo de ordem social compartilhado entre ministro e parte da população brasileira, denunciando uma expectativa pelo fascismo, que concede, conforme Duarte (2009,

de servidores. Também o presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, foi demitido pelo ministro e à época alegou, em entrevista à imprensa, não haver comunicação dentro do MEC.

p. 37), “a parcelas da massa popular a oportunidade de exercer diretamente o poder nas funções estatais de repressão, de controle e de política”.

Para além das decisões meramente administrativas de um Ministério e para além da polémica propriamente dita, percebemos a existência de práticas de poder-saber que se legitimam nos discursos, nos enunciados que puderam ser efetivamente produzidos, numa rede em que podemos refletir acerca das condições de possibilidade desses enunciados. Trata-se de um gesto de desnaturalização, uma conversão do olhar, uma problematização acerca dessas práticas. Desta forma, os enunciados do Ministério da Educação que se relacionam ao pedido feito às escolas para cantarem o Hino Nacional, do ponto de vista dos estudos foucaultianos do discurso, nosso aporte de ancoragem dessa reflexão, se deslocam de uma tentativa de decifrar sentidos e significados, para uma perspectiva externa, em que se pergunta acerca das condições de possibilidade, o que sustenta o discurso do ponto de vista histórico. Pretendemos refletir acerca das relações que se estabelecem entre enunciados em seu aspecto de historicidade, com base na arqueogenealogia proposta por Foucault em seus estudos. Dedicamos a este ponto uma seção que tem, como proposta, investigar as condições que permitiram a emergência dos enunciados que se relacionam ao pedido do ministro.

Também pensamos, na seção seguinte, no exercício de um biopoder, que se desdobra em disciplina e biopolítica, que consiste em um tipo de poder que trata da política na gestão da vida, agindo, conforme Foucault (2018, p. 204), tanto sobre corpos individuais, por meio de técnicas disciplinadoras, quanto sobre o homem-espécie, por meio de um poder normalizador, combinando uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica das populações.

REFLEXÕES ACERCA DOS ENUNCIADOS

Foucault (2014) afirma que o enunciado não é uma proposição (uma questão de verdadeiro ou falso), não é uma frase (não se reduz a questões apenas morfológicas ou sintáticas) e não é um ato de fala (não é performativo). O enunciado, para Foucault (2014, p. 105), é “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. A função enunciativa pode ser entendida como uma chave de verificação para o enunciado, sendo assim, uma condição importante para que se estabeleça uma análise do enunciado. São, portanto, conforme Foucault (2014, pp. 106-128), quatro características a serem observadas: referencial, posição-sujeito, campo associado e suporte. Podemos dizer, de maneira sucinta, que o referencial forma o lugar,

a condição, aquilo que diferencia enunciados por meio de uma análise das relações que ocorrem entre enunciados, em que o próprio enunciado faz aparecer as diferenças. O sujeito não está reduzido ao nível gramatical, ao autor, à origem ou à intenção, sendo, na realidade, uma função, uma posição a ser ocupada em um dado momento de enunciação. Já o campo associado diz respeito aos enunciados que se relacionam a outras formulações a que o enunciado se inscreve, fazendo parte de uma série. O suporte, por fim, se refere a existência material, onde o enunciado ganha corpo.

Conforme Fernandes (2007, p. 52), “trata-se de buscar, na exterioridade de um enunciado determinado, as regras de sua aparição [...]. Nesse ínterim, há uma relação que: envolve os sujeitos, passa pela história, implica um campo correlato e envolve a materialidade do discurso”. Não se trata na *Arqueologia* da busca por uma origem, mas da singularidade do acontecimento. Com isso, se busca as condições históricas de aparecimento do discurso, os efeitos discursivos que o enunciado produz. Os enunciados, para os estudos foucaultianos, estão em rede, e sua análise exige uma proposta que olhe para os enunciados do presente como só possibilitados por outros enunciados que vieram antes, coexistiram em lugares diferentes ou que já estão projetados em sua formulação.

Dessa maneira, a vitória eleitoral e a consequente posse de um presidente aliado a pensamentos conservadores ou mesmo ultraconservadores de uma autodeclarada nova direita política, possibilitam a emergência de enunciados, que, ao emergirem, instauram uma nova discursividade. Discursos conservadores surgem na atualidade brasileira permeados por noções que almejam a retomada de comportamentos patriotas e de uma suposta ordem social que se daria com o resgate dos valores cristãos e da família tradicional. Da mesma forma, possibilitam, naquilo que se referem às políticas educacionais do MEC, enunciados diretamente vinculados à educação, que se alinham a esse pensamento, a um tipo de encaminhamento dessas políticas educacionais marcado pela reafirmação de um pensamento que seja conservador nos costumes, que esteja em sintonia com aquilo que simbolicamente represente esse pensamento.

Temos, em nossa análise, o fato, o pedido para que os estudantes cantassem em suas escolas o Hino Nacional, em conformidade com a solicitação do Ministério da Educação. Enquanto acontecimento discursivo, temos aquilo que foi dito a respeito desse fato. É importante ressaltarmos que, para Foucault (2012, p. 34), “o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. A descrição do enunciado, enquanto acontecimento, trata das condições de existência, daquilo que nos permite pensar determinadas regras, não no sentido de prescrições, mas sob um olhar para os discursos em sua irrupção de acontecimento. A descrição dos acontecimentos discursivos se distingue de uma análise da língua e nos permite questionar como

apareceu um enunciado e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2012, p. 33). Neste sentido, a carta encaminhada por e-mail para as escolas, tratada enquanto acontecimento discursivo, nos faz pensar, conforme Foucault (2011, p. 26), que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Deste modo, não há um modelo disponível, o que é dito é da ordem do acontecimento, se refere a condições de existência, estabelece relações, pode fazer surgir ou apagar determinados enunciados.



Figura 1 – mensagem encaminhada às escolas em 25 de fevereiro de 2019 pelo MEC².

No pedido para que se cante o Hino Nacional, em sua existência material, nos chama a atenção, em primeiro lugar, o fato de se tratar de uma comunicação oficial, que não apenas pede que se cante o Hino, mas que estipula um momento, uma data específica, no caso, o primeiro dia da volta às aulas. A instrução dada pode ser vista como uma tentativa de demarcar, como se isso fosse possível e como se a história de fato fosse linear e marcada por ciclos, o final de um período e o início de outro e, para isso, nada melhor do que o primeiro dia letivo. Estaria aqui demarcado também o fato de se tratar de um novo governo, de uma nova forma de condução da educação e das políticas educacionais brasileiras. A instrução também é bastante clara, ao solicitar que o Hino seja cantado com os estudantes em fila, diante da bandeira do Brasil, o que pode demarcar também um aspecto de ordem e certa sintonia com a logomarca escolhida pelo governo Bolsonaro, que possui a bandeira nacional

² Disponível em: < <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mec-manda-email-para-escolas-pedindo-que-cantem-o-hino-nacional-e-filmem-as-criancas/>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

estilizada e os dizeres “Pátria Amada Brasil”. Podemos pensar em uma clara alusão aos símbolos nacionais e também uma tentativa de resgate, do ponto de vista histórico e social, de um sentimento ufanista, de amor à pátria, algo que até certo ponto pode se assemelhar ou que nos remete ao “Brasil: ame-o ou deixe-o”, *slogan* de governo do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici. A menção ao sentimento de amor, seja ao dizer que a pátria é amada por todos os brasileiros, seja pela imposição, pelo imperativo que ordena que os brasileiros amem sua pátria, demonstra, nesse caso, o apelo a esse aspecto de um patriotismo protocolar e excessivo, que cumprirá, também, a função de separar os “cidadãos de bem” daqueles que não deverão ser considerados como cidadãos e, portanto, não acolhidos pelo Estado e pela sociedade.

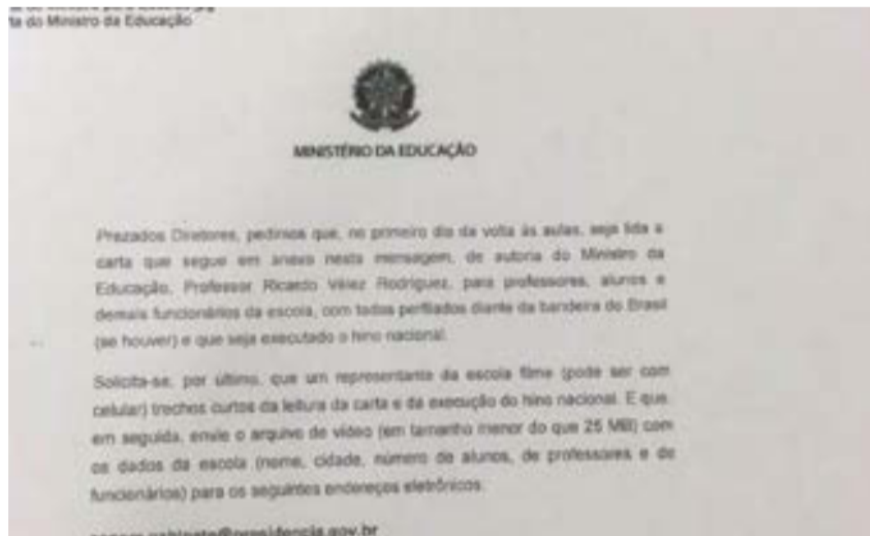


Figura 2 - carta anexa à mensagem encaminhada pelo MEC³.

Outro ponto a ser destacado é o fato de a mensagem ser dirigida às escolas. Durante a cerimônia de posse do ministro Rodríguez, ocorrida em primeiro de janeiro de 2019, Bolsonaro deu o tom de como o seu governo enxerga a educação, ao afirmar que “é preciso combater a ideologização das crianças e a desvirtuação dos direitos humanos, restabelecendo padrões éticos e morais” (PORTAL MEC, 01/01/19). Assim, no nível linguístico da materialidade, a mensagem enviada às escolas possui enquanto interlocutores, diretores, coordenadores, professores e estudantes e representa o pensamento dominante do governo federal para a educação. A própria mensagem, anexa ao pedido, buscava valorizar tais sentimentos, tratando o que seria um pedido, como um ato que visa “saudar o Brasil de novos tempos”. O pensamento

³ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-pede-que-diretores-de-escolas-toquem-hino-para-alunos-gravem-23480505>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

de Foucault, que nos ajuda a problematizar o presente, nos mostra que o enunciado nos permite olhar para as práticas, para pensar a sociedade. Por isso, olhamos não apenas para o nível linguístico, mas nos atentamos, pensando tais práticas, para as contradições, para o heterogêneo, para os rompimentos, pois “não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semissilenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2012, p. 34).

Os enunciados, “Brasil dos novos tempos”, “a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola”, por exemplo, podem emergir possibilitados por aquilo que demarca, de maneira mais direta, como já dissemos, o início de um novo governo, de uma nova gestão, representante de uma autodeclarada direita política conservadora. Entretanto, podemos ampliar a questão, uma vez que “um enunciado tem sempre as margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 118), e consideramos que o que permite a existência do enunciado são outros enunciados, sua existência em rede. Estamos falando de um presidente que, antes de permanecer 28 anos seguidos no cargo de deputado federal, ocupou cargos no Exército Brasileiro, sendo alçado à condição de reformado, com a patente de capitão. Isso implica em toda uma identificação, por parte do governo, com o período da Ditadura Militar, ocorrido entre 1964 a 1985 e ocupado por cinco presidentes militares. É preciso, portanto, olhar para outros ditos, em uma perspectiva na qual o descontínuo é central, e assim, ao invés de fechar o enunciado, é necessário pensar sua abertura para outras relações. Trata-se “de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem” (FOUCAULT, 2012, p. 34). O que se pretende, por parte de um governo que se diz aliado e simpático a governos militares é recuperar e valorizar enunciados nacionalistas, de um período em que se dizia “Ninguém mais segura este país” (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/09/14).

Transcrevemos um trecho da fala do ministro Rodríguez, em seu discurso de posse realizado no dia primeiro de janeiro de 2019 e publicado na íntegra no site *Nova Escola*

Jair Messias Bolsonaro também prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional. À agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista, tomando carona no pensamento gramsciano e num irresponsável pragmatismo sofisticado, passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a igreja, a escola, o estado e a pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social. (NOVA ESCOLA, 03/01/19)

No trabalho de descrever as condições históricas, o discurso que trata a esquerda brasileira enquanto inimiga, enquanto responsável pela imposição do que seria considerado como práticas comunistas ou considerado como marxismo cultural, a possibilidade é que tais enunciados, constituindo discursos, possibilitem determinados efeitos de verdade, que geram insegurança, medo, temor por uma suposta destruição da chamada tradicional família brasileira e dos valores pátrios e cristãos. Não se busca, ou não é o foco prioritário, a problematização de fato da educação, havendo uma preferência por aquilo que podemos chamar de uma gestão da insegurança social. Cabe, assim, no discurso do ministro, ao presidente, enquanto responsável por reconduzir o país, se portar como uma espécie de redentor, que “prestou atenção à voz de pais e mães reprimidos pela retórica marxista”. Aquele, portanto, que livraria a todos do mal e os conduziria, em segurança, para tempos melhores. Nisto tudo, nas relações e práticas, vemos, portanto, conforme Foucault (2012, p. 128), que “o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”.

REFLEXÕES ACERCA DO BIOPODER

No pedido feito às escolas pelo ministro Rodríguez para que os estudantes cantassem o Hino Nacional, há uma cuidadosa solicitação, devidamente explicada e pormenorizada, requisitando a filmagem e o envio dos arquivos desse “momento cívico” para o Ministério da Educação. O pedido foi bastante questionado, fato é que, no dia seguinte, o MEC emitiu um novo comunicado, informando que a filmagem deveria ser voluntária. O próprio ministro reconheceu o erro, conforme noticiado pela imprensa, que também apontou, a partir da opinião de especialistas, falhas do ponto de vista legal, com a inobservância do artigo 37 da Constituição Federal, que vedaria o uso do *slogan* de campanha de Bolsonaro e também o descumprimento do artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura às crianças e adolescentes a preservação de sua imagem. Estes, inclusive, foram motivos alegados pelo Ministério Público Federal, para solicitar a Rodríguez esclarecimentos acerca do pedido (G1, 26/02/19).

Nas relações de poder-saber que se estabelecem, em um ponto de partida crítico e histórico para pensar com Foucault, os enunciados são produtores de corporeidade. O enunciado precisa operar em nosso corpo, ser subjetivado em nosso corpo. Para Foucault (2015, p. 247), “o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera

através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”. O poder, desta forma, não é nem bom, nem ruim, mas é necessário à vida, estando presente em todas as instâncias. Não se trata, porém, de um poder que pertença a alguém ou que esteja centrado em uma instituição, mas de relações microfísicas de poder, que são instáveis e móveis. Em seu estudo sobre o poder, em *Vigiar e Punir*, Foucault analisa, por meio de uma crítica histórica, as relações que se estabelecem entre o poder e a sua existência nos corpos e, desta forma, o *Vigiar* diz respeito ao regime moderno, é positivo, é produtivo, é o exercício do biopoder, enquanto o *Punir* é feudal, é destrutivo. Ao mudar a economia de poder, desloca do corpo, do punir, para a subjetividade do vigiar.

Desse ponto de vista, “a vigilância se torna um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2017, p. 172). O corpo perfilado diante da bandeira nacional é objeto de disciplinarização, que disciplina o indivíduo e o corpo coletivo. O filmar e o consequente envio dessa filmagem é o exercício de um poder, de um jogo da visibilidade que se difunde de forma sutil pela sociedade, por meio de um panóptico contemporâneo, muito mais efetivo, com o efeito de ver sem ser visto e, dessa forma, “não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente a observância das receitas” (FOUCAULT, 2017, p. 196).

A “disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (FOUCAULT, 2017, p. 135), compreendendo-se, aqui, não se tratar do corpo biológico, mas sim todo um investimento econômico no corpo, “uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2017, p. 135). Na última aula do curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (2018, p. 206) trata do deslocamento desse poder disciplinar, exercido sobre o indivíduo-corpo, para um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. [...] É a noção de ‘população’. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político”. A população é considerada força produtiva. Desta forma, a análise do poder se abre para uma análise global da sociedade.

A mensagem que deveria ser lida é aberta, conclamando os brasileiros a saudar o que seria, para o governo Bolsonaro, o novo Brasil e a nova escola a ser implementada. Ao mesmo tempo em que é voltada para o espaço escolar e para os sujeitos que nela se encontram e que compõem esse espaço, a mensagem é aberta com o termo “brasileiros” e não com “estudantes,

professores”, numa tentativa de, agindo assim, dirigir-se a esse corpo múltiplo, em um espaço de articulação entre corpo e população. Conforme Veiga-Neto (2017, p. 73), temos “na esfera do corpo, o poder disciplinar atuando por meio de mecanismos disciplinares; na esfera da população, o biopoder atuando por intermédio dos mecanismos regulamentadores”.

Para que seja instaurado o “Brasil dos novos tempos”, que se caracteriza por ser “responsável e de qualidade”, no que se refere às políticas educacionais, se faz necessário recorrer aos dispositivos disciplinares. Esse “Brasil dos novos tempos” seria, possivelmente, uma espécie de apagamento daquilo que poderia ser considerado, a partir de uma visão heterogênea, múltipla, plural da sociedade e que se desloca para um olhar caracterizado por uma espécie de ingenuidade, na suposta crença de uma pureza, de um olhar único para a sociedade, que deve ser resguardado e preservado por aqueles que se identificam com o que é chamado de novo tempo. Haveria, portanto, com o biopoder, um tipo de poder, no qual o “Brasil dos novos tempos”, chamado a ser saudado pelos brasileiros e que seria algo “em benefício de vocês alunos, que constituem a nova geração”, visasse assegurar bem-estar, felicidade, satisfação plena de seus anseios para a tradicional família brasileira, para o chamado cidadão de bem, para uma parcela da população que se vê preocupada ou mesmo amedrontada pelas políticas educacionais implementadas por governos de esquerda, fortemente identificados com a ampliação do acesso à educação, marcado pela pluralidade e pelo respeito à diversidade. O exercício de uma política educacional conservadora proporcionaria a oportunidade, de fato, de “celebrar a educação responsável e de qualidade”, uma vez que, para tais grupos, conforme discurso do ministro Rodríguez, o que vinha sendo feito, “passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a igreja, a escola, o estado e a pátria”.

O poder moderno investe na vida, exercido e aplicado de maneira calculada. Conforme Revel (2011, p. 25), “a biopolítica representa, portanto, essa grande ‘medicina social’ que se aplica à população com o propósito de governar sua vida: a vida faz, daí em diante, parte do campo do poder”. Enquanto espaço de circulação e articulação de poderes e saberes, pedagógicos ou não, a escola articula mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores, sendo um espaço no qual se passa ou deveria se passar várias horas do dia, por um longo período. No propósito de governar a vida, nas relações de poder que incidem sobre a população, estaria, portanto, o ministro Rodríguez incumbido de promover uma espécie de resgate de valores conservadores, ameaçados por uma “tresloucada onda globalista”. Foucault (2009, p. 173) denomina poder pastoral, uma “ideia de poder que se exerce mais sobre

uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo a esse objetivo”. Trata-se do desdobramento de um poder que se difunde como uma forma de condução, um pastoreio que ganha a vida social, na forma de condução das pessoas. Desta forma, o povo brasileiro seria resgatado das mãos daqueles que representam ou que constituem o próprio mal e seriam levados, conduzidos, guiados, por aqueles que representam ou constituem o próprio bem, para uma espécie de paraíso terrestre, um lugar onde estariam resguardados de ameaças, salvos do mal.

Na verdade, o que se deve chamar de investimento educacional, em todo caso os elementos que entram na constituição de um capital humano, são muito mais amplos, muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional” (FOUCAULT, 2008, p. 315). A partir da carta-mensagem e do discurso de posse de Rodríguez, consideramos que o resultado dessa educação é um sujeito educado a partir da perspectiva do Estado, portanto, um sujeito dócil e trabalhador, em um exercício de investimento no sujeito, “em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração”, ao mesmo tempo em que busca esvaziar a resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem o propósito de esgotar o assunto, a partir da polêmica gerada pela iniciativa do MEC, que solicitava a leitura de uma carta e que ainda trazia instruções de como essa carta deveria ser lida no ambiente escolar, com estudantes em fila, diante da Bandeira Nacional, durante a execução do Hino Nacional, buscamos refletir de forma breve acerca das relações de poder-saber, pensando os efeitos discursivos produzidos por esses enunciados. Compreendemos que os enunciados não são neutros e pensamos aqui como tais enunciados, e não outros, aparecem em seu lugar, conforme Foucault (2012, p. 133) em uma análise que se atenta para a historicidade, que analisa enunciados efetivamente produzidos, não sendo, assim, ir em busca da presença oculta de algo no enunciado. No trabalho de problematizar as práticas, os saberes e os poderes, é possível pensar a sociedade, olhando para as contradições, para os rompimentos, para as descontinuidades. Esse olhar nos leva a pensar, com Foucault (2012, p. 151), nos enunciados de uma educação em tempos de conservadorismo, em modos de existência desses enunciados, ditos que são possibilitados por outros ditos, historicamente situados, que se conservam, que são reativados e utilizados por um governo conservador, fortemente alicerçado

em bases militares. Ao mesmo tempo, também, são modificados, esquecidos ou mesmo destruídos, enunciados que possam representar o autoritarismo de uma época. O que se busca, por meio de uma gestão da vida da população calcada fortemente no neoliberalismo, na concorrência, é a possibilidade de oferecer a suposta segurança de uma política pública de educação, com ênfase em resultados, que ofereça aparentemente, em seus enunciados, um processo de ensino-aprendizagem eficiente e eficaz, mas que, no entanto, se fundamenta em orientação das condutas, em controle da população.

O que Foucault faz é romper com a tradição, a influência, o espírito de época, por estarem ligados a uma continuidade e pensa a descontinuidade não como um acidente, mas como sendo constitutiva do próprio enunciado. Os enunciados, ao possuírem a capacidade de buscar na memória outros enunciados, se abrem para as relações e vemos, naquilo que é dito referente ao que seria a nova política educacional do MEC e do governo Bolsonaro, pensando a sua existência em rede, que os enunciados não estão ligados “apenas às situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2012, p. 35). Dessa forma, pensamos naquilo que permitiu emergirem esses discursos e não outros em seu lugar, conclamando os brasileiros a saudar o “Brasil dos novos tempos”. A explicação estaria, portanto, nos outros ditos, que dão condições à existência para os ditos.

Conforme Veiga-Neto (2017, p.70), a escola pode ser vista como “máquina capaz de fazer, dos corpos, o objeto do poder disciplinar; e assim, torná-los dóceis”. É, ainda, conforme o autor, uma instituição em que passamos, ou pelo menos deveríamos passar, boa parte de nossas vidas, sendo superada apenas pela família, nesse aspecto. A escola do “Brasil dos novos tempos” poderia, assim, promover uma mecanização do corpo de um e de todos, por meio da disciplinarização. Poder é relação, circula, é prática e não é essência, substância, propriedade. Esse governo dos indivíduos encontra no biopoder, que se desenvolve a partir do século XIX, conforme Foucault (2017, p. 151), nas direções da disciplina e da biopolítica, um desenvolvimento tal que o poder não seja apenas exercido, mas seja pedido. É um poder mais sutil, é bio, pela vida, é biopoder. Não há o desaparecimento total de uma forma de poder por outro, mas sim uma articulação, em nome desse suposto bem-estar, da qualidade, de um novo modelo.

No percurso que fazemos com Foucault, que nos leva ao questionamento, compreendemos haver não apenas questões legais ou administrativas na atitude do MEC, mas sim um jogo de relações de poder-saber, por meio de práticas discursivas e não-discursivas que

nos levam a pensar em um conjunto de tecnologias de governo, tecnologias reguladoras da vida, no qual “encontramos um triângulo, soberania-disciplina-gestão governamental, cujo objetivo fundamental é a população, e seus mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (CASTRO, 2016, p. 114).

É em nome da segurança, mecanismo de uma biopolítica para o controle regulador da população, como parte de um dispositivo que coloca, em sua rede, o medo e a insegurança como técnicas para fazê-lo funcionar, que o biopoder exerce a divisão entre aqueles que devem viver e aqueles que podem morrer (FOUCAULT, 1988). O controle objetivado pelos enunciados de ordem do ministro integra uma rede com outros enunciados reguladores que colocam negros, LGBTs, índios, pobres, feministas e os Direitos Humanos como perigosos à segurança, uma rede amplamente trabalhada para produzir a certeza da existência de violência generalizada, provocando o medo e a insegurança, técnicas que acionam e garantem a existência dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2009). Essa rede tem produzido, também, microfascismos que emergem disfarçados de resistências reativas aos grupos supostos como perigosos, justificando medidas violentas de parcela da sociedade, que se coloca como do lado do bem e dos bons costumes. O dispositivo de segurança, de acordo com Foucault (2009), numa atualização do pastorado cristão, prevê o governo da conduta dos homens e de suas almas. A família acaba sendo a grande investida dos políticos da nova direita, dos conservadores e da mídia para enterrar de vez a possibilidade de o Brasil ser governado pela esquerda. Os enunciados em defesa da família tradicional ganham a cena, funcionando como estratégia para as políticas de higienização social e de dissimulação das visibilidades pelos discursos de ódio que vão sendo crescentemente utilizados para conduzir a população à ordem, a um mundo de pessoas igualadas por padrões convencionais, conservadores e moralistas, eliminando a impureza daqueles que resistem a essa forma de padronização.

Referências:

- BOLSONARO demite Véliz e nomeia Abraham Weintraub como ministro da Educação. *GI Brasília*. 08 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demissao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, André. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, M. VEIGA-NETO, A. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FERNANDES, Cleudemar. A Noção de Enunciado em Foucault e sua Atualidade na Análise do Discurso. In: _____; DOS SANTOS, João Bôsko Cabral (Orgs.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Ditos e escritos IV*. 3. ed. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. *Ditos e escritos IX*. 1. ed. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2018.

_____. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1988.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

INSTITUCIONAL. *Ministério da Educação*. s.d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional>>. Acesso em: 26 abr. 2019

MORENO, Ana Carolina. Procuradoria dá 24 horas para ministro da Educação explicar pedido de filmagem das crianças cantando o hino nas escolas. *G1*. 26 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/26/procuradoria-da-24-horas-para-ministro-da-educacao-explicar-pedido-de-filmagem-das-criancas-cantando-o-hino-nas-escolas.ghtml>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ORÇAMENTO do MEC terá aumento de R\$ 9 bilhões e subirá 7% em 2017. *Ministério da Educação*. 06 set. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/39021-orcamento-do-mec-tera-aumento-de-r-9-bilhoes-e-subira-7-em-2017>> Acesso em: 26 abr. 2019.

REGIME militar promoveu campanhas ufanistas. *Folha de São Paulo*. 02 set. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0209200428.htm>>. Acesso em 27 abr. 2019.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RICARDO Vélez Rodríguez é nomeado ministro da educação; posse ocorre nesta quarta-feira, 2. Ministério da Educação. 01. jan. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=72431> >. Acesso em 26 abr. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.